

História Antiga: Relações Interdisciplinares.

Paisagens Urbanas,
Rurais & Sociais

Carmen Soares, José Luís Brandão &
Pedro C. Carvalho (coords.)

**TORRE VELHA DE CASTRO DE AVELÃS (BRAGANÇA).
RESULTADOS ARQUEOLÓGICOS E NOVIDADES EPIGRÁFICAS**

(*Torre Velha* de Castro de Avelãs (Bragança).

New archaeological results and epigraphical novelties)

ARMANDO REDENTOR (aredentor@gmail.com)

Centro de Estudos em Arqueologia, Arte e Ciências do Património
CEAACP - Universidade de Coimbra

CLARA ANDRÉ (c.machaqueiro@sapo.pt)

Câmara Municipal de Bragança

MIGUEL C. COSTA (cipriano1969@hotmail.com)

Arqueólogo

PEDRO C. CARVALHO (pedrooak@gmail.com)

Centro de Estudos em Arqueologia, Arte e Ciências do Património
CEAACP - Universidade de Coimbra

SOFIA TERESO (sofiatereso@gmail.com)

Centro de Investigação em Antropologia e Saúde
Universidade de Coimbra

RESUMO - A Torre Velha de Castro de Avelãs (Bragança) surge na bibliografia arqueológica desde os finais do século XIX. Diversos investigadores contemporâneos atribuem-lhe a capitalidade da *ciuitas Zoelarum*, a qual, na Antiguidade, se enquadrou no *conuentus Asturum* (*prouincia Hispania citerior*).

Após as escavações realizadas em finais do século XIX, sob o patrocínio da Sociedade Martins Sarmento – cujos resultados apenas vagamente se conhecem, à falta das plantas que detalhavam as intervenções realizadas e dos materiais então exumados –, apenas em 2012-13 se voltaram a realizar trabalhos de escavação arqueológica no local, no quadro de uma parceria estabelecida entre o Município de Bragança e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

É de alguns dos principais resultados arqueológicos obtidos nas recentes campanhas que se pretende dar nota, bem como de algumas novidades epigráficas resultantes da identificação de inscrições inéditas que reforçam o *corpus* relacionado com este sítio localizado na depressão tectónica de Bragança.

PALAVRAS-CHAVE - *ciuitas Zoelarum*; *conuentus Asturum*; Torre Velha; Arqueologia; Epigrafia; época Romana

ABSTRACT - The Torre Velha (Old Tower) of Castro de Avelãs, in Bragança, Portugal, first appears in the archaeological literature in the late nineteenth century. Several contemporary researchers have associated this archaeological site with the *ciuitas Zoelarum*, which in antiquity was included within the *conuentus Asturum* (*prouincia Hispania citerior*).

The results of the first excavations, carried out in the late nineteenth century under the sponsorship of the Martins Sarmiento Society, are only vaguely known, because of missing field sketches detailing the archaeological activity as well as the missing excavated materials. It was only in 2012-13 that further archaeological excavations were performed at the site, as part of a partnership between the Municipality of Bragança and the Faculty of Arts and Humanities, University of Coimbra.

This paper presents some of the archaeological results from the recent campaign and some epigraphic news resulting from the identification of unpublished inscriptions, which support the *corpus* related to this archaeological site, located in the tectonic depression of Bragança.

KEYWORDS - *ciuitas Zoelarum*; *conuentus Asturum*; Torre Velha; archaeology; epigraphy; Roman times

1. INTRODUÇÃO

O sítio da Torre Velha, em Castro de Avelãs (Bragança), é um dos mais referenciados (se não é mesmo o mais referenciado) na bibliografia arqueológica do nordeste transmontano. Este destaque resulta do facto de a Torre Velha ser habitualmente identificada como capital dos Zoelas (*Zoelae*¹). Os achados que têm sido aqui efetuados, desde aqueles revelados pelas escavações de José Henriques Pinheiro (1887) em finais do séc. XIX² aos que foram dando corpo a um significativo conjunto de epígrafes, com destaque para a dedicatória pela *ordo Zoelarum* ao deus *Aerno*³, têm sustentado esta proposta relativa à capitalidade política dos Zoelas em época romana.

Os Zoelas (ou Zelas), localizáveis genericamente no nordeste transmontano (e seguramente na depressão de Bragança), são, de acordo com Plínio-o-Velho, um dos 22 povos integráveis no grupo dos Ástures Augustanos⁴. A conhecida *Tabula* (ou Pacto) de Astorga que faz referência a este povo⁵ denuncia uma organização social com base em *gentilitates* integradas numa *gens*, a *Zoelarum*, tendo

¹ Costa 1959: I, 136; Alarcão 1988a: II, 39; 1988b: 57 e 96; 1990: 373; Lemos 1993: Ib, 495-497.

² Pinheiro 1888.

³ *CIL* II 2606; *ERRB* 1.

⁴ Plin., *NH*, 3.28.

⁵ *CIL* II 2633.

esta comunidade política constituído uma *ciuitas* do *conuentus Asturum*.

A centralidade do sítio também encontra acolhimento no facto deste poder corresponder a um importante nó viário. Com efeito, por Castro de Avelãs passaria também a *uia XVII* do *Itinerário de Antonino* (Fig. 1). O achado neste lugar de dois miliários – um de Augusto (2 a.C.)⁶ e outro de Caracala (213-214)⁷ – atestará a passagem desse eixo viário que, entre *Asturica Augusta* e *Bracara Augusta*, cruzava toda esta região do Noroeste peninsular. Neste ponto entroncariam os dois ramais da *uia XVII* que ligariam *Aquae Flaviae* (Chaves) à região de Bragança. Alguns autores, com base nesta posição estratégica, têm inclusivamente considerado a possibilidade de Castro de Avelãs também incorporar uma estação de muda que serviria os correios e transportes vinculados à administração imperial – propondo que este lugar poderá corresponder à *mansio* (mencionada no *Itinerário de Antonino*) de *Roboretum*⁸.

À *ciuitas* dos *Zoelae*, na época sueva, poderá ter sucedido o *pagus Brigantia*, mencionado no *Parochiale Sueuum*⁹. Entre a lista de bispados e respetivas paróquias apresentada no *Parochiale* (redigida pouco antes de 585 d.C.) conta-se o *pagus* suevo de *Brigantia*, cuja sede, como tem sido proposto, se poderia situar em Castro de Avelãs.

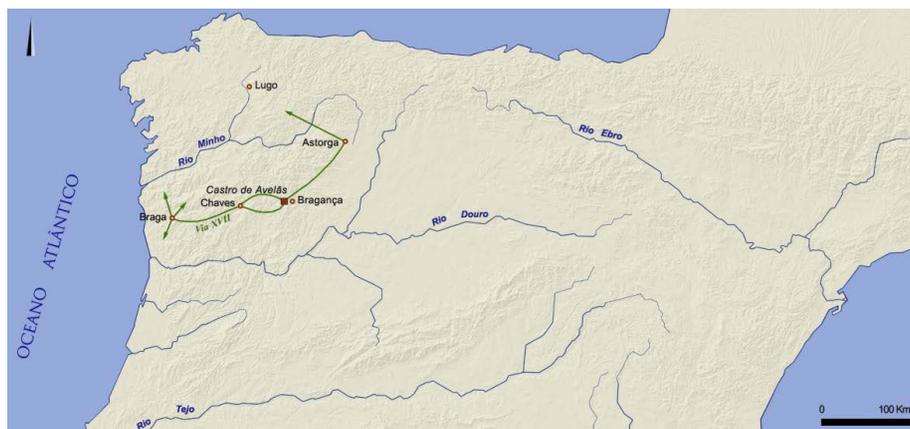


Figura 1. Localização da Torre Velha no percurso da *uia XVII* do *Itinerário de Antonino*.

⁶ *ERRB* 127.

⁷ *ERRB* 129.

⁸ Lemos 1993: Ib, 308; 2009.

⁹ Alarcão 2001: 35; Fernandes 1997: 63.

2. RESULTADOS ARQUEOLÓGICOS

Os resultados da investigação efetuada entre 2012 e 2015 apontam claramente para a importância do local¹⁰. Tanto a considerável extensão dos vestígios, talvez ocupando cerca de 3 hectares, como a ampla diacronia de ocupação que revelam, balizada pelo menos entre o séc. I d.C. e o séc. XII, concorrem para afirmar a sua centralidade, também em face da ausência de outros contextos arqueológicos nesta região transmontana que revelem uma idêntica amplitude. Por seu lado, quer a ocupação romana, que se estende claramente entre os séculos I-IV, documentada por um registo material algo significativo, quer a da Antiguidade Tardia (e Alta Idade Média), revelada também pelos restos de um edifício que julgamos poder corresponder a uma primitiva igreja paroquial (cuja datação parece centrar-se nos séc. V-VII) e por uma ampla necrópole alto-medieval associada¹¹, constituem aspetos que não podem deixar de ser devidamente destacados no quadro da problemática que este sítio suscita.

Tendo em conta os resultados das escavações arqueológicas efetuadas nos últimos anos, poderemos, desde já, referir – de forma muito resumida¹² – que o local não revelou contextos integráveis na Idade do Ferro (ou outros ainda mais recuados) e que o início da ocupação romana se pode fixar, por agora, em meados do séc. I d.C. / inícios da segunda metade do séc. I d.C. Com efeito, para além da ausência de níveis pré-romanos (ainda que uma ou outra peça proto-histórica tenha aparecido, mas em contexto romano), até ao momento os níveis mais antigos documentados no local podem ser considerados flavianos, não se registando, portanto, contextos que possam ser considerados augustanos ou júlio-claudianos. Na verdade, há alguns materiais que podem apresentar uma cronologia de produção da primeira metade do séc. I d.C., mas estes, para além de serem claramente residuais, surgem já claramente em contextos da segunda metade do séc. I. Tal não significa que, definitivamente, a Torre Velha corresponda a uma fundação romana *ex nouo* e que, inclusive, tenha sido somente ocupada a partir das décadas de 50/70 dessa primeira centúria. Significa apenas que, até ao momento, nas áreas específicas em que abrimos sondagens (várias e espacialmente distanciadas), os contextos estratigráficos mais antigos datam já de meados ou talvez dos inícios da segunda metade do séc. I d.C.

Desta fase inicial, desde logo, datarão dois dos edifícios romanos identifi-

¹⁰ O plano de investigação arqueológica na Torre Velha de Castro de Avelãs (coordenado por Pedro C. Carvalho e Clara André) foi executado em 2012 e 2013, no quadro de um protocolo celebrado entre a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e o Município de Bragança. Os trabalhos de escavação no local e outros estudos laboratoriais foram retomados em 2015, ao abrigo dessa mesma pareceria entre a CMB e a FLUC, mas agora também com o importante suporte da **Fundação Calouste Gulbenkian** – que distinguiu este projecto em 2014 num concurso nacional para apoio a projectos na área da Arqueologia (2014-2016).

¹¹ Tereso *et al.* 2015.

¹² A publicação integral dos resultados deste plano de investigação será entretanto efetuada.

cados em escavação. De um deles, situado nas terras mais baixas, na parte mais oriental (quadrante sudeste) da Torre Velha, restam as sólidas fundações, sendo talvez de âmbito privado, objeto de alterações no Baixo-Império¹³. O outro, descoberto na parte mais elevada e ocidental deste local, face às suas dimensões e características construtivas (e à sua implantação numa zona que consideramos central do sítio), parece poder inscrever-se no âmbito da arquitetura pública.



Figura 2. Perspetiva das fundações de um “edifício flaviano”: sondagens AA AB 40 42 – quadrante sudeste da Torre Velha (© P. C. Carvalho).

O conjunto de materiais de época romana recolhido até ao momento é significativo. As escavações efetuadas em 2013 e 2015 ampliaram consideravelmente – sobretudo em termos de material alto-imperial – aquele descoberto em 2012, objecto entretanto de publicação¹⁴. O estudo crono-tipológico dos materiais mostra a prevalência de vários fabricos de cerâmica comum (de cozinha e de armazenamento), alguns produzidos inclusivamente na própria região de Bragança e outros em paragens mais distantes, como *Lucus Augusti*, revelando os fabricos locais ou regionais um repertório formal que, em alguns casos, remete claramente para produções de tradição indígena. Mas as peças importadas também estão presentes de forma numerosa. Entre estas produções de cerâmica fina destaca-se a *terra sigillata* hispânica e a hispânica tardia (ambas, maioritariamente,

¹³ A componente habitacional da Torre Velha no Baixo-Império, assim como durante um período largo da Antiguidade Tardia, encontra-se documentada em vários pontos deste local, seja na sua parte central mais a norte, seja no seu limite mais oriental.

¹⁴ André *et al.* 2014.

dos ateliers do vale do Ebro, surgindo com muito menos frequência as do vale do Douro), sendo muito escassos (mas surgem aqui pela primeira vez representados) os fragmentos de *sigillata* gálica e de *sigillata* africana A e D. Ao mesmo tempo, entre as cerâmicas finas, encontram-se algumas peças produzidas em Lugo (cerâmica de engobe vermelho) e Braga (lucernas), para além de alguns exemplares provenientes do vale do Tera (Zamora), incluindo cerâmicas de paredes finas da oficina de Melgar de Tera¹⁵.



Figura 3. Fragmentos de *sigillata* da primeira fase da produção hispânica: o primeiro, possivelmente, de uma Drag. 29; o segundo, com marca, aparentemente de *Lucius Sempronius*, um oleiro de Trício (© P. C. Carvalho).

Sobre os materiais cerâmicos uma outra nota pode ainda ser sublinhada: após vários meses de trabalhos, não se recolheu em escavação nenhum fragmento de ânfora. Esta situação parece denunciar não tanto a ausência, ou o não consumo, dos produtos que as ânforas habitualmente transportavam, mas antes o seu transporte desde as zonas costeiras até às regiões interiores (através da *uia XVII* do *Itinerário de Antonino*) num outro tipo de contentores, como os odres e os barris, mais propícios ao transporte a longas distâncias para regiões interiores por via terrestre. Mas também abre a possibilidade de uma produção regional de vinho e/ou azeite desde época antiga, sobretudo na Terra Quente do

¹⁵ Devido à falta de estudos ceramológicos sobre conjuntos exumados nas intervenções arqueológicas no Nordeste Transmontano, em geral, e na região de Bragança, em particular, o conjunto de materiais cerâmicos recolhido na Torre Velha assumir-se-á também como uma autêntica referência para compreender a economia e o comércio desta zona do Noroeste peninsular na época romana.

Nordeste transmontano, não tornando necessária, se assim for, uma importação significativa deste tipo de produtos desde outras paragens muito distantes.

Os artefactos metálicos estão representados por algumas peças funcionalmente diferenciadas que podem mesmo indiciar certas atividades. Neste conjunto de peças encontram-se fragmentos de objetos de adorno e uso pessoal (incluindo fíbulas), objetos de *toilette*, utensílios domésticos, alfaias agrícolas, ferramentas e ferragens. Entre as moedas passíveis de leitura, encontra-se um asse hispânico de Tibério, um dupôndio de Trajano, um possível asse de Adriano, um *antoninianus* de Galieno, dois *antoniniani* de Cláudio II, um *Diuo Claudio* e um *AE3* de Graciano. Outros materiais têm sido encontrados - desde os vidros, aos pesos de tear, passando pela cerâmica de construção (ainda que as *tegulae* e *lateres* não sejam abundantes neste sítio) -, reservando-se para outra publicação o estudo circunstanciado de todos os materiais da Torre Velha, devidamente contextualizados em termos estratigráficos e relacionados com as estruturas associadas e fases de ocupação do sítio.

Seja como for, e tendo em conta o conjunto de material recolhido em contexto estratigráfico, poderemos desde já adiantar que, antes de meados do séc. I (ou mesmo do período flaviano), o sítio da Torre Velha parece ainda não integrar os circuitos comerciais do Império. Só na passagem para a segunda metade do séc. I d.C. é que Castro de Avelãs parece claramente figurar entre os principais centros de consumo desta região interior do Noroeste peninsular - fenómeno que acompanhará e enquadrará o momento em que arqueologicamente se regista neste lugar um impulso construtivo (ou mesmo fundacional)?

Uma última nota neste ponto relativo aos resultados arqueológicos para referir que a investigação tem sido ainda desenvolvida no campo da arqueologia e antropologia funerária alto-medieval. A identificação de uma necrópole, com sepulturas datadas por radiocarbono entre os séc. VI e XII/XIII, estendendo-se por uma vasta área (pelo menos com 0,5 hectare), e as análises laboratoriais subsequentes, têm permitido trilhar os caminhos da paleobiologia, desde logo mediante estudos morfológicos e paleopatológicos, incluindo a diagnose sexual e a estimativa da idade à morte dos indivíduos exumados¹⁶. Mas as análises químicas e moleculares, que foram efetuadas em laboratórios internacionais de referência, têm também permitido a recolha de dados e a discussão de questões no âmbito da paleogenética (ADN antigo) e das paleodietas (análises de isótopos estáveis de carbono e de azoto), estando ainda previstas análises de isótopos de estrôncio, oxigénio e carbono, para aprofundar o estudo em torno da mobilidade populacional¹⁷.

3. NOVIDADES EPIGRÁFICAS

¹⁶ Tereso *et al.* 2015.

¹⁷ Tereso *et al.* 2015.

Apresentam-se, sumariamente, cinco novas epígrafes procedentes de Castro de Avelãs. Duas delas foram identificadas no decurso dos trabalhos de escavação realizados na Torre Velha em 2012 e encontravam-se em reaproveitamento numa sepultura (sep. 18/[UE.49]) integrada em necrópole de cronologia alti-medieval (séc. VI/VII-X/XI), correspondente a covacho de formato retangular, contornado na sua totalidade por lajes de xisto, configurando caixa, com cobertura lajeada, na qual se reutilizaram.

Uma outra epígrafe foi identificada nesta mesma altura na sequência de um testemunho de um particular que relata à equipa estar na posse de uma inscrição, que conservava na sua residência, em Bragança, procedente desta mesma aldeia. Apesar de não serem conhecidas as circunstâncias exatas do seu aparecimento, é credível o seu reporte à Torre Velha.

Uns anos antes, concretamente em 2006, na intervenção arqueológica levada a cabo nas ruínas do mosteiro beneditino, datável do século XII (ou ainda do XI)¹⁸, situado em plena aldeia, trabalhos realizados pelo IPPAR (Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico), sob orientação técnico-científica de Ricardo Teixeira e Helena Marçal (Arqueologia & Património), havia-se já exumado uma estela incompleta que também surgiu em reaproveitamento nas estruturas postas a descoberto em área adjacente à Igreja de Castro de Avelãs¹⁹, as quais revelaram o claustro, bem como as alas e dependências do mosteiro. Refira-se não ser inédita a situação de reaproveitamento de materiais romanos nas estruturas medievais do mosteiro, podendo citar-se outras epígrafes cuja identificação com elas se relaciona²⁰ e, inclusive, uma que continua em reaproveitamento na torre sineira²¹.

Junta-se, ainda, a este conjunto, um pequeno fragmento sem inscrição. Foi identificado por um dos signatários [C. A.] no pátio de uma casa da aldeia, no decurso de 2005, tendo sido descoberto, no ano anterior, aquando da abertura de uma vala no interior da própria aldeia de Castro de Avelãs.

3.1. Ara funerária de *Celer Licini*

Ara funerária ([55,5]x25,5x14,5), de granito, de formato prismático (*grosso modo* paralelepípedo), por quase não apresentar dimensionamento diferenciado entre o capitel (10,1/9,6x25,5x14,5), o fuste ([44,7/36,5]x23,7x13,6) e, possivelmente, a base, embora não seja asseverável que esta se cingiria ao prolongamento do fuste, pelo facto de a peça estar fraturada na parte inferior. No atinente

¹⁸ Sobre o mosteiro beneditino de Castro de Avelãs: Oliveira 1991; Afonso 2002 e Fernandes 2012.

¹⁹ Redentor *et al.* 2016.

²⁰ *ERRB* 3, 14 (igreja), 31 (igreja), 60 (residência paroquial) e 138. Embora de forma hipotética, a mesma origem é, ainda, admissível para *ERRB* 1, 114 e 122.

²¹ *ERRB* 87.

ao capitel, este determina-se essencialmente pelo cimásio, rematado por *foculus* circular, encaixado entre esboços de *fastigia* de perfil arredondado, moldados nas faces anterior e posterior, e flanqueado por par de *puluilli* pouco desenvolvidos e, presentemente, com as extremidades esboroadas. A faixa que medeia entre a base destes elementos estruturais (*puluilli* e *fastigia*), balizada na face anterior por sulco, e as linhas auxiliares, que enquadram o texto nesta mesma face, constitui discreta cornija.

CELER
LICINI
A(nnis) V(ixit) · LVI

Céler, de Licino, viveu 56 anos.

Assim, a inscrição ocupa o lado anterior do fuste ([44,7/36,5]x23,7), distribuída por três regras ostensivamente definidas por quatro linhas auxiliares horizontais de gravação vincada, criando artifício estético que acentua o setor medial do suporte. O grão médio a grosso do granito impôs claros constrangimentos à gravação, bem evidenciados, por exemplo, pela necessidade de alargar o último espaço interliteral da primeira e segunda linhas ou mesmo pela opção em gravar com II os EE.

O conteúdo escrito corresponde ao epitáfio de defunto de estatuto jurídico peregrino, falecido com 56 anos. Tanto o seu idónimo, *Celer*, como o nome do pai, *Licinus*, são antropónimos latinos. A representação hispânica do idiónimo é forte, seja nesta função, seja como cognome²², sobretudo na Lusitânia²³. Tem, todavia, representação em *Asturica Augusta*²⁴, *Legio*²⁵ e nas proximidades de *Aquae Flaviae*²⁶, ainda que não constasse no território que se vem atribuindo aos Zoelas. Quanto ao patronímico, apesar de se perceber ser antropónimo menos frequente²⁷, tem já comprovação no território zoela, documentado, também, nessa função²⁸. É de realçar que, do ponto de vista semântico, detém significado

²² Abascal 1994: 322-323.

²³ Para este âmbito territorial específico, Grupo Mérida 2003: 138-139, mapa 85.

²⁴ *CIL* II 2639 + *ERPL* 148, integrando nomenclatura de um brácaro, veterano da *legio II Adiutrix*.

²⁵ *ERPL* 182.

²⁶ *CIL* II 2609. Esta inscrição é erroneamente reportada a Casto de Avelãs por Abascal 1994: 322.

²⁷ Abascal 1994: 400.

²⁸ Em inscrição (*AE* 1982, 573 = *ERRB* 41) aparecida nos Quatro Caminhos, no lado norte da cidade de Bragança, e, ainda, numa outra de Duas Igrejas (Mourinho 1986: 33, n.º 24).

próximo ao do popular nome indígena *Reburrus*²⁹, aspeto que poderá justificar o seu aparente sucesso neste contexto geográfico, em resultado de um mecanismo de tradução. O modo de menção da idade e o próprio tipo de suporte indiciam cronologia posterior aos inícios do século II, ainda que o facto de se utilizar o nominativo na identificação do defunto possa centrar nesta centúria o monumento.



Figura 4. Ara funerária de *Celer Licini* (© A. Redentor).

3.2. Fragmento de estela funerária dupla

Fragmento de estela funerária dupla ([56,7]x[46,1]x12), de granito, da qual se conservam incompletos os campos epigráficos, plausivelmente correspondentes à secção medial da face anterior deste suporte, e uma parte da metade esquerda do registo que lhes subjaz. Esta fração do suporte encontra-se superiormente recortada em arco e com fratura diagonal em baixo, permanecendo intacta, no respeitante às faces laterais, apenas uma parte da do lado esquerdo.

As cartelas, rebaixadas e de formato retangular verticalizado ([24,5]x[23] e [20,7]x[11,8]), estão separadas por banda com sulco central, à semelhança do que acontece no rebordo da estela que as delimita lateralmente, bem como aos

²⁹ Kajanto 1965: 236.

motivos de índole arquitetónica que integram a ornamentação do registo inferior.

Esta é formada por representação de arcaria e iconografia astral. Alinhado com o lado exterior da cartela da esquerda, arco de volta redonda rebaixado, havendo, ainda, vestígios de um outro mais ou menos coincidente com o eixo central da face da estela, indiciando uma composição de três vãos. Sobre esta, figuraria par de semicírculos incisos correspondentes a representações de crescentes de pontas voltadas para cima, em posição interpolada com os vãos, conforme exemplifica o que se preserva na metade esquerda. Em face do conhecimento disponível sobre a tipologia das estelas funerárias da região³⁰, é altamente provável que o registo das cabeiras, imediato ao limite superior das cartelas, fosse marcado por motivos de temática astral (roda de raios curvos e esquadros).

a)

[D(is) M(anibus)]?
[C]AIN(oni)
MAX(imi?)
AN(norum)· LX
S(it) · T(ibi) · T(erra) · L(euis)

Aos deuses Manes (?). A Cenão, de Máximo (?), de 60 anos. Que a terra te seja leve.

b)

[D(is) M(anibus)]?
[---]
LV[C.(---i)]
AN(norum) [..]
S(it) · [T(ibi) · T(erra) · L(euis)]

Aos deuses Manes (?). A [---], de Luc[---], de [---] anos. Que a terra te seja leve.

Os dois epitáfios encontram-se incompletos, estimando-se que originalmente existissem cinco linhas de texto em cada cartela, conforme se depreende do registo conservado na da esquerda, bem como do seu formato, uma vez que na da direita apenas resta menos de meia dúzia de letras.

No epitáfio que se conserva mais íntegro, identifica-se defunto de estatuto, plausivelmente, peregrino, falecido com 60 anos: *Caino*, o qual, contrariamente ao pai, supostamente *Maximus* – ainda que a abreviatura possa encobrir forma antroponímica afim –, ostenta nome de origem indígena. O estado de conser-

³⁰ Cf. Redentor 2002: 196-205.

vação da cartela do lado direito não permite a restituição do nome do defunto, nem da idade de falecimento. Uma fórmula funerária corrente, que ordinariamente se apresenta por meio das siglas S. T. T. L., surge a rematar ambos os epitáfios. Possivelmente, também ambos os textos estariam encabeçados pela consagração aos deuses Manes. Este facto, associado à utilização da fórmula final S. T. T. L., permite considerar a estela datável do século II ou inícios do III, mas não posteriormente, considerando o muito provável estatuto jurídico dos defuntos: *peregrini*, apesar da abreviatura dos antropónimos. Esta convicção baseia-se no facto de a abreviatura da primeira forma antropónimica do texto da cartela da esquerda facilmente se enquadrar com um antropónimo indígena tipicamente lusitano com representação no âmbito regional³¹, ainda que a grafia com *-i-*, claramente atestada no interior da Lusitânia, seja inédita a norte do Douro. Concomitantemente, resulta menos evidente um eventual desdobramento em função de um gentílico, ainda que se reconheça a existência do *nomen* latino *Caenius*³², aparentemente indocumentado na Hispânia³³. O antropónimo latino que, dubitativamente, se sugere para o patronímico é dos mais difundidos na Hispânia³⁴.



Figura 5. Fragmento de estela funerária dupla (© A. Redentor).

³¹ Abascal 1994: 308-309; Untermann 1965: 79-80, mapa 22; Grupo Mérida 2003: 125-126, mapa 65; Vallejo 2005: 238-242.

³² Solin e Salomies 1988: 40.

³³ *OPEL* 2: 18; Abascal 1994. Recente revisão de um altar dedicado às *Nymphae* (*CIL* II 2457a e 5572a + Redentor 2017: II, 91-92, n.º 106), associado à estância termal de Caldelas, Vila Verde, admite a documentação de um gentílico *Caenius*, ainda que considerando ser resultado de mecanismo formação patronímica, relacionando-o, assim, com a forma idionímica indígena (Redentor 2017: I, 180).

³⁴ Abascal 1994: 422-423, verificando-se que, conjuntamente com a forma feminina, ocupa, neste arrolamento, a quarta posição em termos de frequência de cognomes e nomes únicos.

3.3. Estela funerária de *Tritia Magatouti* f.

Estela funerária ([67]x33x11), de granito, de cabeceira semicircular e estrutura ornamental tripartida, incompleta na parte basal. A cabeceira é preenchida por roda de seis raios curvos de orientação sinistrorsa e orifício central, esculpida em relevo plano, sendo, superior e lateralmente, enquadrada pelo rebordo perimetral, que se encontra lascado no lado esquerdo e bastante desfeito em cima. Pela parte inferior, o motivo central é flanqueado por dois emblemas angulosos em forma de esquadro. Subjaz-lhe cartela retangular, rebaixada, a que se segue, completando a organização ornamental, representação, incompleta, de par de vãos, de conformação degenerada em forma de palmatória.

D(is) M(anibus)
TRITIAE
MAGATOV
TI · F(iliae) · AN(norum) · IX
S(it) · T(ibi) · T(erra) · L(euis)

A Trícia, filha de Magatouto, de 9 anos. Que a terra te seja leve.

Trata-se de epitáfio referente a uma menina de nove anos e de estatuto peregrino. Quer a fórmula de abertura, quer a de clausura foram gravadas no exterior do campo epigráfico (24,5x17): a consagração aos Manes, no espaço que medeia entre os emblemas angulosos que fecham a ornamentação da cabeceira, e a fórmula S. T. T. L., na parte superior do registo basal, com as três primeiras siglas entre os dois vãos aí representados e a sigla final separada, depois do da direita. As três linhas de texto que a cartela acolhe encontram-se paginadas com alinhamento simultâneo à esquerda e à direita. Na separação de palavras, siglas e números recorreu-se a pontuação.

A antroponímia associada à nomenclatura da defunta é indígena, sendo que o patronímico constitui um hápax. *Tritia* é nome bastante bem representado na Astúria meridional, onde se incluem as terras transmontanas do Nordeste, sendo integrável no repertório lusitano-ásture³⁵. A sua base etimológica remonta à forma indo-europeia **trei-* “três”³⁶, também repercutida na antroponímia gálica³⁷.

Também o patronímico, *Magatoutus*, que se afigura como nome composto, atrai ressonâncias gálicas. É que a base *Tout-* está bastante difundida na onomástica e léxico comum da Gália³⁸, mas tem igualmente evidência na

³⁵ Albertos 1966: 233-234 e mapa 8; Vallejo 2005: 435.

³⁶ *IEW*: 1090.

³⁷ *GPN*:378-380; *DLG*: 303.

³⁸ *GPN*: 266-269; *DLG*: 295.

área lusitano-ásture³⁹ e a investigação admite a sua relação com o indo-europeu **teu-* “inchar”⁴⁰ de cuja ampliação resulta **teuta* “povo”⁴¹. A primeira parte deste nome parece alinhar-se com a antroponímia hispânica de base *Mag-* / *Mac-*, eventualmente procedente de **még-h₂-* / **mag-* “grande”⁴², com consistente incidência no extremo do Nordeste lusitano e no Sul da Astúria, como *Macanus/-a* e *Maganus/-a*⁴³.

A datação da inscrição corresponderá ao século II ou início do século III, tendo em vista o estatuto jurídico da defunta e o facto de o seu nome surgir em dativo, associado à consagração aos Manes e à fórmula final S. T. T. L.



Figura 6. Estela funerária de *Tritia Magatouti* f. (© P. C. Carvalho).

3.4. Estela funerária de *Cloutius Doci*

Estela de cabeceira semicircular, de dimensão contida, a que não será alheio o facto de ser talco a matéria do suporte, mas incompleta ([40]x24,5x9). A sua estrutura tipológica apresenta-se constituída por dois campos rebaixados, delimi-

³⁹ Albertos 1966: 232-233; Vallejo 2005: 429-430.

⁴⁰ *IEW*: 1080.

⁴¹ *IEW*: 1084.

⁴² *IEW*: 709.

⁴³ Albertos 1966: 141; Vallejo 2005: 337-341.

tados pelo rebordo da face anterior do suporte. O superior (22,5x16,5), de configuração semicircular alongada, correspondendo à cabeceira, contém o essencial da inscrição. O que lhe subjaz ([5,5]x15,5) terá tido formato quadrilateral, mas encontra-se incompleto, conservando-se apenas a uma fração da sua parte superior.

CLOVTI
DOCI
MONVM(entum)

Monumento de Clúcio, de Dócio.

O texto gravado no campo superior aparece disposto em três linhas ligeiramente descendentes, indiciando não ter havido um prévio trabalho de paginação, algo que pode dever-se ao facto de a ductilidade do suporte se proporcionar para um trabalho menos técnico. É verosímil que a parte superior do segundo campo possa ter sido igualmente epigrafada: ténues vestígios de traços podem apontar nesse sentido, mas não é possível uma pronúncia positiva ao não se discernir, com total segurança, coerência alfabética nesses indícios.

O conteúdo textual é bastante simples, afirmando estar-se em presença de monumento funerário de um indígena de estatuto peregrino: *Cloutius Doci*. Tanto o idionimo do defunto como o seu patronímico são antropónimos indígenas e com forte presença em território zoela, tendo ambos, inclusive, presença na primeira parte do Pacto de Astorga⁴⁴. O nome *Docius* tem sido considerado representante típico da área ásture⁴⁵, com forte presença na área zoela⁴⁶. Quanto ao nome *Cloutius*, é também evidente uma forte presença na área ásture meridional e no Nordeste lusitano, com alguma extensão à área calaica⁴⁷, encontrando-se bem testemunhado na região transmontano-zamorana ocidental⁴⁸.

A simplicidade do epitáfio, com utilização do genitivo na indicação do nome do defunto, o estatuto jurídico deste, associados ao esquema tipológico da estela e à paleografia permitem admitir uma datação no século I, não anterior, todavia, aos inícios dos seus meados⁴⁹.

⁴⁴ CIL II 2633.

⁴⁵ Untermann 1965: 21 e 104-105, mapa 37; Vallejo 2005: 300-303.

⁴⁶ Redentor *et alii* 2016.

⁴⁷ Vallejo 2005: 283.

⁴⁸ Redentor *et alii* 2016.

⁴⁹ Redentor 2002: 211. Há conhecimento de uma utilização bastante precoce do termo *monumentum* associado às inscrições funerárias hispânicas (*u. g.* CIL II 528, de *Emerita Augusta*, datável de finais do século I a. C. ou nos inícios do seguinte, conforme aponta Edmondson 2006: 205-207), embora se venha assumindo que este uso epigráfico se generalize apenas a partir de meados do século II (Iglesias e Ruiz 1998: 73).



Figura 7. Estela funerária de *Cloutius Doci* (© A. Redentor).

3.5. Cabeceira de estela funerária

Fragmento de estela funerária ([54]x52x20), de granito, correspondente a cabeceira semicircular, cujo topo se encontra fraturado, afetando o principal motivo decorativo que acolhe. Lavrados em relevo plano, apresenta roda de treze raios curvos de orientação dextrorsa incerta em círculo e, em posição subalterna, par de emblemas angulosos em forma de esquadro de extremidades bífidas, mais ou menos alinhados com o motivo astral superior e a flanquear tridente inciso, posicionado no eixo central da face da estela.

O tipo de monumento e a ornamentação comprovam o caráter funerário da peça, apesar de não se conservar qualquer vestígio da inscrição que se lhe associaria.

Os elementos decorativos da cabeceira, nomeadamente a roda de raios curvos em associação a emblemas angulosos e o tridente, remetem para a possibilidade de ter pertencido a suporte integrável no grupo VI da tipologia de estelas funerárias ensaiada em *ERRB*⁵⁰, com esquema decorativo tripartido, no qual a cabeceira não surge individualizada por superfície rebaixada, e que se comple-

⁵⁰ Redentor 2002: 199-205.

taria com campo epigráfico ([5,5]x[20]) quadrilateral e representação de arcaria no registo inferior.

Pelo facto de o tridente andar associado a emblemas angulosos e, inclusive, a crescentes não se deixa de equacionar ter tido um simbolismo relacionado com o mundo cósmico⁵¹.

Tendo em atenção a possibilidade de inserção tipológica acima enunciada, enquadrar-se-ia nos séculos II-III.



Figura 8. Cabeceira de estela funerária (© A. Redentor).

4. NOTAS FINAIS

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos nos últimos anos na Torre Velha, em Castro de Avelãs, mostram que este espaço foi ocupado pelo menos entre o séc. I d.C. e o séc. XII. Em época romana, face aos resultados até ao momento obtidos, a ocupação inicial deste lugar parece inscrever-se em meados do séc. I d.C. / inícios da segunda metade do séc. I d.C. – a sequência estratigráfica registada, com os materiais datáveis associados que contextualizam também certas áreas edificadas, revela-o sem grandes dúvidas.

A natureza de alguns desses achados – cronologia e tipo de construção – não

⁵¹ Redentor 2002: 242-243.

pode deixar de trazer à colação a inscrição honorífica de Gostei⁵², quando alguns autores referem que esta epígrafe poderá sugerir o reconhecimento da *ciuitas Zoelarum* em meados do séc. I d.C. Efetivamente, esta dedicatória ao imperador Cláudio, gravada aparentemente num bloco paralelepípedo⁵³, é considerada por F. S. Lemos como um possível cipo erigido no *forum* de um aglomerado urbano, sustentando a hipótese de a Torre Velha ter sido reconhecida como sede de *ciuitas* sob este imperador, o que seria confirmado pela epígrafe⁵⁴.

Recentemente, A. Redentor⁵⁵ admitiu que à luz da *Tabula* de Astorga⁵⁶ se terá produzido, entre o início do século I (27 d.C.) e os meados do século seguinte (152 d.C.), um aprofundamento político no território zoela com a aplicação coerente, em termos institucionais e administrativos (para além da dimensão territorial), do modelo romano da *ciuitas*, ainda que determinadas unidades organizativas continuassem estruturadas dentro desta nova realidade, que tem, relativamente a elas, um papel aglutinante e assimilador, questionando-se quanto à eleição da *caput ciuitatis* em fase claudiana (41-54 d.C.) e a eventuais acertos territoriais. Hipótese que, como refere, estaria em linha com comprovadas ações de delimitação de territórios da época de Cláudio em contexto ásture, como, por exemplo, o estabelecimento, por meio de *termini*, dos limites entre os *prata* da *cohors IV Gallorum* e os territórios das *ciuitates Luggonum* e *Beduniensium* ou entre o território desta e os *prata* da *legio X*. E com este horizonte temporal aponta também, a sul do Douro, outras demarcações conhecidas, pelos *termini* de Goujoim e Balsemão, datadas do imperialato de Cláudio, ainda que estes possam representar respostas diferenciadas em termos de delimitação territorial⁵⁷.

O conjunto de epígrafes que ora se apresenta cobre um aro cronológico extenso, apontando para uma ocupação contínua dentro do período alto-imperial, ainda que esta seja efetivamente mais antiga que aquela que propomos através destas epígrafes.

Como se foi referindo aquando da apresentação de cada uma das peças, as propostas de datação avançadas permitem construir um relato de ocupação entre os meados da primeira centúria e os inícios da terceira.

Não se encontram, todavia, identificados os ambientes funerários corres-

⁵² Esta inscrição (= *CIL* II 6217; Lopo 1987: 46) foi encontrada por José Henriques Pinheiro (1888; 1889) na igreja de S. Cláudio, entre as aldeias de Gostei e Formil, numa localização bastante próxima da Torre Velha (c. de 1,5 km). Sobre esta inscrição e o que representa: *CIL* II 6217; Tranoy, 1980: 590-592; *ERRB* 12.

⁵³ Encarnação 1993: 321.

⁵⁴ Lemos 1993: Ib, 388.

⁵⁵ Redentor 2017: I, 398-399.

⁵⁶ *CIL* II 2633.

⁵⁷ Vaz 2007: 69.

pondentes à fase alto-imperial, mas a epigrafia associada ao sítio anteriormente conhecida já apontava para uma diacronia de ocupação que englobava o século I d. C., apesar de haver ainda a considerar a existência de um miliário augustano que é datável de 2 a.C.⁵⁸

Da análise do conteúdo dos novos epitáfios reportados à Torre Velha ressalta o facto de todos eles serem referentes a defuntos com o estatuto de *peregrini*: *Cloutius Doci*, *Celer Licini*, *Tritia Magatouti f.*, bem como *Caino Maximi(?)* e um outro cujo nome não é possível restituir, [---] *Luc.*[---].

Esta constatação, todavia, apenas reforça a tendência do cenário social esboçado pelo *corpus* já conhecido e que constava de 20 inscrições – com exceção de duas inscrições votivas⁵⁹, de uma ara de classificação indeterminada⁶⁰ e dois miliários⁶¹, as restantes 15 peças são de natureza funerária⁶².

Este conjunto permitia particularizar com relativa segurança 13 indivíduos, dos quais o número de peregrinos (46,15%, correspondente a 6 indivíduos) já ultrapassava o de cidadãos romanos (30,77%, correspondendo a 4 indivíduos), havendo ainda um núcleo de estatuto servil (23,08%, correspondendo a 3 indivíduos).

Quatro das novas epígrafes permitem incrementar o número de *peregrini*, saldando-se em 11 os indivíduos com este estatuto (61,11%), ampliando-se a diferença para com os cidadãos romanos (22,22%) e escravos (16,67%).

Torna-se evidente a superioridade numérica da população peregrina documentada na epigrafia da Torre Velha de Castro de Avelãs relativamente aos restantes estatutos jurídicos, sendo que esta constatação se encontra alinhada com o panorama reconhecível à escala da *ciuitas*⁶³. Não obstante, esta é uma realidade documental que suscita reflexão, até porque, em face do paradigma urbano da *ciuitas* romana, seria espectável encontrar no contexto da Torre Velha uma maior expressão das estruturas onomásticas quirritárias, considerando os foros de capitalidade que se lhe veem atribuindo. Em termos comparativos, os dados mais recentes referentes à parte ocidental do *conuentus Bracarum*, por exemplo, deixam claro que o número de indivíduos com expressão quirritária documentados no registo epigráfico é superior ao de *peregrini*, evidenciando um maior impacto da cultura epigráfica entre os primeiros⁶⁴.

Todavia, no caso que nos ocupa, a questão deve ser vista à escala geral da *ciuitas*, considerando que se estará num contexto eminentemente rural⁶⁵, com

⁵⁸ *CIL* II 6215 + *ERRB* 127.

⁵⁹ *ERRB* 1 e 3.

⁶⁰ *ERRB* 138.

⁶¹ *ERRB* 127 e 129.

⁶² *ERRB* 14, 20, 23, 31, 32, 60, 64, 65, 75, 87, 96, 101, 114, 121 e 122.

⁶³ Sastre 2002: 48, gráfico 3; Redentor 2002: 245.

⁶⁴ Redentor 2017: I, 168.

⁶⁵ Redentor 2002: 251; Sastre 2002: 48.

uma malha de povoamento hierarquizada, mas, simultaneamente, descentralizada⁶⁶, situação que entendemos contribuir para atenuar tendências de concentração das elites políticas nos assentamentos principais, considerando que três núcleos mais destacados parecem polarizar a ocupação: Torre Velha de Castro de Avelãs, Castelar de Picote e Villalcampo⁶⁷. A epigrafia, em boa medida, revelará a existência de proprietários distribuídos pelos novos tipos de assentamentos que conhece a época romana (povoados romanos, casais e *uillae*), dedicados à exploração da terra que acumulam excedentes⁶⁸. Não obstante, será significativo que tanto a epigrafia funerária, como a votiva se associem aos núcleos de povoamento principais, incluindo a Torre Velha de Castro de Avelãs, a *uici* e a povoados romanos⁶⁹.

Torna-se legítimo equacionar, à semelhança de I. Sastre⁷⁰, a possibilidade de, eventualmente, as famílias melhor situadas nos círculos de poder tecidos pela administração não serem as mais bem representadas pela epigrafia local, ainda que seja difícil admitir que tal se acomode a uma questão de medição do valor real da cidadania romana, uma vez que as fronteiras jurídicas entre *ciues* e *peregrini* estão muito bem balizadas, delimitando os possíveis raios de ação e de afirmação política no quadro cívico e no contexto conventual, mormente a partir do momento em que o *ius Latii* é atribuído a toda a *Hispania*.

Na realidade, o uso da tecnologia da escrita por parte de setores sociais que detiveram algum tipo de preponderância, seja social, económica ou política, foi importante meio de afirmação e domínio. Mas será acertado considerar que a massa populacional peregrina foi socioeconomicamente diversificada e bem mais ampla que o setor que granjeou a naturalização através das vias que o permitiam, fosse uma excecional atribuição por parte do imperador, o ingresso nos corpos militares auxiliares ou a via do exercício das magistraturas locais a partir do período flaviano⁷¹.

Em parte, este cenário poder-se-á também explicar, decerto, por uma marcante ausência de imigração itálica (visível, por exemplo, na falta de determinados *nomina* de feição característica relacionáveis com esses fluxos), como ocorreu em latitudes mais meridionais da península, onde o processo de integração no domínio romano foi bem mais precoce⁷².

No que à epigrafia do arqueossítio da Torre Velha respeita, e concretamente

⁶⁶ Lemos 1993: Ib, 496-497; Sastre 2002: 47.

⁶⁷ Lemos 1993: Ib, 496-497.

⁶⁸ Lemos 1993: Ib, 451-452.

⁶⁹ Lemos 1993: Ib, 472-474.

⁷⁰ Sastre 2002: 56.

⁷¹ Redentor 2002: 244.

⁷² Le Roux 2010: 51-113. Sobre o reflexo onomástico da emigração itálica, concretamente em território lusitano, Navarro 2000: 281-297.

ao retrato social que a partir dela se esboça, será ainda de ter em atenção não só a hierarquização do povoamento no contexto alargado da *ciuitas*, mas também a descentralização do povoamento em termos regionais, em torno deste assentamento localizado na depressão de Bragança, onde *Aerno*, a divindade que terá tido uma dimensão tutelar relativamente ao povo Zoela⁷³, terá tido um lugar de culto oficial. Esta descentralização do povoamento pelo território decerto terá contribuído para a atomização do cenário de representação política no palco específico de uma plausível *caput ciuitatis*, que o poderá ter sido em jeito mais formal do que efetivo.

BIBLIOGRAFIA

- Abascal Palazón, J. M. (1994), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia-[Madrid].
- Alarcão, J. (1988a), *Roman Portugal*, vol. II, fasc 1. Warminster.
- Alarcão, J. (1988b), *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins.
- Alarcão, J. (1990), “O reordenamento territorial”, in J. Alarcão (coord.), *Portugal: das origens à romanização*. Lisboa, 352-382.
- Albertos Firmat, M. de L. (1966), *La onomástica personal primitiva de Hispania: Tarraconense y Bética*. Salamanca.
- Année Epigraphique*, L. Paris (= AE).
- Afonso, A. M. (2002), *O mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs. Um património monástico no dealbar da Idade Moderna (1500-1538)*. Cascais.
- Almeida, J. M. (1966), “Varia epigráfica”, *Revista de Guimarães* 76:3-4: 339-358.
- André, C., Carvalho, P. C., Costa, M., Fernández, A. e Tereso, S. (2014), “Cerâmicas romanas da Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança), primeira síntese”, in R. Morais, A. Fernández e M. J. Sousa, eds., *Monografias Ex Officina Hispana, II: as produções cerâmicas de imitação na Hispânia*, Tomo 1. Porto, 573-586.
- Bragado Toranzo, J. M. (1991), *Fuentes literárias y epigráficas de la provincia de Zamora y su relación con las vías romanas de la cuenca del Duero*. León.
- Costa, A. J. (1959), *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, 2 vols. Coimbra.
- Delamarre, X. (2003), *Dictionnaire de la langue gauloise: une approche linguistique du vieux-celtique continental*. Paris. (= DLG).

⁷³ Tranoy 1981: 296; Le Roux 1992: 179-180; Redentor 2006: 258-259.

- Edmondson, J. (2006), *Granite Funerary Stelae from Augusta Emerita*. Mérida.
- Encarnação, J. d' (1993), "Arqueologia e epigrafia: uma complementaridade a potenciar" in V. O. Jorge (coord.), *1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 12-18 de outubro de 1993): actas*, vol. 1. Porto, 313-327.
- Evans, D. E. (1967), *Gaulish Personal Names: a Study of some Continental Celtic Formations*. Oxford (= GPN).
- Fernandes, A. A. (1997), *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Arouca.
- Fernandes, P. A. (2012), "O estranho caso de uma igreja de tijolo", *Revista Monumentos* 32: 84-95.
- García Martínez, S. M. (1996), *La romanización de los Conuentus Asturum, Bracaraugustanus y Lucensis: su estudio epigráfico*. León.
- Grupo Mérida (2003), *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida-Bordéus.
- Hispania Antiqua Epigraphica: suplemento anual de Archivo Español de Arqueología*. Madrid (= HAE).
- Hispania Epigraphica*. Madrid (= HEP).
- Hübner, E. (1869), *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2) (= CIL II).
- Hübner, E. (1892), *Inscriptiones Hispaniae Latinae: Supplementum*. Berolini (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2) (= CIL II).
- Iglesias, J. M., Ruiz, A. (1998), *Epigrafía romana de Cantabria*. Bordeaux-Santander.
- Kajanto, I. (1965), *The Latin Cognomina*. Helsinki.
- Lemos, F. S. (1993), *O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga (tese de doutoramento policopiada).
- Le Roux, P. (1992), "Deus Aernus: CIL, II, 2607 = 5651 reconstitué", *Conimbriga* 31: 173-180.
- Le Roux, P. (2010), *La péninsule Ibérique aux époques romaines (fin du III^e s. av. n. è. – début du VI^e s. de n. è.)*. Paris.
- Lopo, A. P. (1987), *Apontamentos arqueológicos*. Braga.
- Lörincz, B. (1999), *Onomasticon Prouinciarum Europae Latinarum*. Wien, Vol. 2: *Cabalicus – Ixus* (= OPEL 2).
- Morán Bardón, C. (1944), "Vestigios romanos y visigodos", *Archivo Español de Arqueología* 17: 56, 240-251.
- Mourinho, A. M. (1986), "Epigrafia latina de entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal – 1947", *Brigantia* 6 (1-3): 3-36.

- Navarro Caballero, M. (2000), “Notas sobre algunos gentilicios romanos de Lusitania: una propuesta metodológica acerca de la emigración itálica”, in J.-G. Gorges, T. Nogales Basarrate (eds.), *Sociedad y cultura en Lusitânia romana: IV Mesa Redonda Internacional*. Mérida, 281-297.
- Oliveira, C. P. (1991), “O Mosteiro Beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da região bragançana”, *Brigantia* 11 (1-2): 33-46.
- Pinheiro, J. H. (1888), “Relatório sobre as ruínas descobertas junto da povoação de Castro d’Avelãs no mez de fevereiro de 1887 e sobre o reconhecimento que nas referidas ruínas fez José Henriques Pinheiro por conta da Sociedade Martins Sarmento”, *Revista de Guimarães* 5 (2): 72-96.
- Pinheiro, J. H. (1889), “Duas inscrições romanas inéditas”, *Revista de Guimarães* 6 (2): 53-57.
- Pokorny, J. (1959), *Indogermanisches etymologisches Wörterbuch*. Bern-München (= *IEW*).
- Rabanal Alonso, M. A., García Martínez, S. M. (2001), *Epigrafía romana de la provincia de León: revision y actualización*. León (= *ERPL*).
- Redentor, A. (2002), *Epigrafia romana da região de Bragança*. Lisboa (= *ERRB*).
- Redentor, A. (2006), “Manifestações religiosas e onomástica na *civitas Zoelarum*”, *Conimbriga* 45: 253-273.
- Redentor, A. (2017), *A cultura epigráfica no conuentus Bracaraugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*. Tese de Doutoramento, Coimbra, 2 vols.
- Redentor, A., Marçal, H., Teixeira, R., (2016), “Nova estela funerária de Castro de Avelãs (*conuentus Asturum*)”, *Ficheiro Epigráfico* 135: nº 564.
- Sastre Prats, I. (2002), *Onomástica y relaciones políticas en la epigrafía del conventus Asturum durante el Alto Imperio*. Madrid.
- Solin, H., Salomies, O. (1988), *Repertorium nominum gentilicium et cognominum Latinorum*. Hildesheim [etc.], Olms.
- Tereso, S., Brito, A., Umbelino, C., Cipriano, M., André, C., Carvalho, P. C. (2015), “O espaço funerário alto-medieval da Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança)”, *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário, Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição (Évora, 29 de abril a 1 de maio de 2013)*, Évora: 297-306.
- Tereso, S.; Brito, A., Umbelino, C., Cipriano, M., André, C., Carvalho, P. C. (2015), “Arqueologia funerária alto medieval da Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança)”, in J. Quirós Castillo (coord.), *Quiénes fueron, qué fueron y qué hacían. Identidad y arqueología funeraria entre los siglos V y VIII*. Vitoria-Gasteiz, 145-160.

- Tranoy, A. (1980), “Le pseudo-milliaire de S. Cláudio (Gostei - Bragança) et les limites orientales du *conuentus Bracarum*”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23 (4): 589-594.
- Tranoy, A. (1981), *La Galice romaine: recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris.
- Untermann, J. (1965), *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antigua*. Madrid.
- Vallejo Ruiz, J. M. (2005), *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz.
- Vaz, J. L. I. (2007), *Lamego na época romana, capital dos Coilarnos*. Lamego.
- Vives, J. (1971-1972), *Inscripciones latinas de la España Romana: antología de 6.800 textos*. Barcelona, 2 vols. (= *ILER*).